

Autor | Author

Luciano Francisco da
Silva*
[lucianofrancisco14@hotmail.
com]**A INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO CURRÍCULO ESCOLAR: ELUCIDAÇÕES SOBRE A LEI 13.666/2018****THE INCLUSION OF FOOD AND NUTRITION EDUCATION IN THE SCHOOL CURRICULUM: ELUCIDATIONS ON LAW 13.666/2018**

Resumo: Este artigo tem por objetivo abordar a inclusão da temática de Educação Alimentar e Nutricional no currículo escolar da educação básica a partir da implementação da Lei nº 13.666 de 2018. Trata-se de uma revisão da literatura, de aspecto narrativo e caráter crítico-informativo, onde se buscou elucidar os fatores que levaram à inclusão da temática de Educação Alimentar e Nutricional no currículo da Educação Básica, bem como a importância desse tema para a comunidade escolar e, ainda, por quem, onde e de que forma esse conteúdo será abordado no ensino básico. Para isso, procurou-se descrever, de maneira sucinta, o histórico e a abrangência da Educação Básica e do Currículo Escolar no Brasil, perpassando pelos caminhos percorridos desde o surgimento da temática no país, permitindo uma reflexão sobre seu histórico, seu conceito e sobre as formas de abordagem do tema nos diferentes níveis da educação básica antes da obrigatoriedade de seu ensino estabelecida por lei, até chegarmos à promulgação da Lei nº 13.666/2018 em si, fazendo um relato de nossas percepções e impressões acerca da inclusão do tema no ensino básico, trazendo nossas considerações sobre a forma como o tema está sendo trabalhado em sala de aula diante do que é preconizado pela Lei e sugerindo mudanças nas formas de abordagens da temática no ambiente escolar, bem como lançando um olhar para novas possibilidades de se trabalhar o ensino do tema em sala de aula.

Palavras-chave: educação nutricional, educação básica, temas transversais.

Abstract: This article aims to address the inclusion of the theme of Food and Nutrition Education in the school curriculum of basic education from the implementation of Law 13.666 of 2018. This is a literature review, of narrative aspect and critical-informative character, which sought to elucidate the factors that led to the inclusion of the theme of Food and Nutrition Education in the curriculum of Basic Education, as well as the importance of this theme for the school community and, further, by whom, where and how this content will be addressed in basic education. For this, we sought to describe, briefly, the history and scope of Basic Education and School Curriculum in Brazil, going through the paths taken since the emergence of the theme in the country, allowing a reflection on its history, its concept and the ways of approaching the theme at different levels of basic education before the mandatory nature of its teaching established by law, until we get to the enactment of Law 13.666/2018 itself, making an account of our perceptions and impressions about the inclusion of the subject in basic education, bringing our considerations about how the subject is being worked in the classroom in face of what is recommended by the Law and suggesting changes in the forms of approaches to the theme in the school environment, as well as launching a look at new possibilities of working the teaching of the subject in the classroom.

Keywords: nutrition education, basic education, transversal themes.

Recebido em: 18/12/2020

Aceito em: 03/05/2021

INTRODUÇÃO

Quando nos referimos à Educação Alimentar e Nutricional estamos falando de uma estratégia que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis para os escolares e suas famílias, bem como para toda a sociedade. A prática da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) deve usar métodos e recursos educacionais problematizadores e ativos para facilitar o diálogo com indivíduos e grupos populacionais, constituindo-se, assim, em um fator importante para o estabelecimento precoce de comportamentos alimentares saudáveis que são sustentados mais tarde na vida (LASKA *et al.*, 2012; SANTOS *et al.*, 2020).

Portanto, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN), quando integrada ao currículo escolar, visa atingir o crescimento e o desenvolvimento humano por meio do estudo de dietas alimentares adequadas e saudáveis de acordo com as políticas públicas de alimentação e nutrição, além de contribuir para a proteção e promoção da saúde. (PICCOLI; CORRÊA, 2019).

Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo abordar a inclusão da temática de educação alimentar e nutricional no currículo escolar da Educação Básica a partir da implementação da Lei nº 13.666 de 2018. Nesse sentido o problema da pesquisa está delineado nos seguintes questionamentos: Que fatores levaram à inclusão da temática de Educação Alimentar e Nutricional no currículo da Educação Básica? Qual a importância desse tema para a comunidade escolar? E, por quem, onde e de que forma esse conteúdo será abordado no ensino básico?

A escolha do tema se deu por acreditarmos que este assunto ainda foi pouco explorado, devido à sanção da Lei nº 13.666/2018 ser relativamente recente, o que proporcionou trazer um recorte sobre como a temática era abordada no ensino básico antes da implementação da Lei e o que muda com a obrigatoriedade do ensino do tema. Levamos em consideração também, para essa escolha, a formação inicial em nutrição do pesquisador, bem como sua atuação no âmbito da nutrição em saúde coletiva, além de considerarmos a intrínseca relação da temática de educação alimentar e nutricional com a área da Educação, sendo para nós o elo que liga os campos da educação e da nutrição.

O texto apresenta-se dividido em três blocos: no primeiro bloco abordaremos, de maneira sucinta, o histórico e a abrangência da educação básica e do currículo escolar no Brasil. No segundo bloco trataremos da temática “educação alimentar e

nutricional” propriamente dita, refletindo sobre seu histórico, seu conceito e sobre as formas de abordagem do tema no ensino básico antes da obrigatoriedade por Lei. No terceiro bloco falaremos sobre a implementação da Lei nº 13.666/2018 em si e o que ela preconiza, relatando um pouco sobre as percepções que tivemos acerca da inclusão da temática de Educação Alimentar e Nutricional no ensino básico a partir da sanção da referida Lei, bem como das impressões que tivemos de como será/está sendo o cumprimento da mesma, fazendo um paralelo com novas possibilidades para o ensino da EAN nas escolas.

METODOLOGIA

O estudo constitui-se de uma revisão da literatura de aspecto narrativo, por tratar, ao longo do texto, da discussão de trabalhos no âmbito da reflexão teórica, tendo em vista que este tipo de pesquisa utiliza material já publicado, constituído basicamente de livros, artigos periódicos e, atualmente, de informações disponibilizadas na internet. Porém, concebe-se também em uma revisão da literatura de caráter crítico-informativo, já que em meio à exposição do conteúdo de outros autores, o autor tece comentários ou expõe suas reflexões sobre os estudos analisados ao longo do texto (SEVERINO, 2000, p. 131).

Com isso, realizamos levantamento bibliográfico e selecionamos 16 artigos presentes na base de dados do PubMed, SciELO, NCBI e LILACS que tratam da temática, sendo eles: BIZZO; LEDER, 2005; BOOG, 1997; COSTA *et al.*, 2019; IULIANO *et al.*, 2009; LANES *et al.*, 2012; LOLLO *et al.*, 2004; MAGALHÃES; PORTE, 2019; MELANDA *et al.*, 2015; PICCOLI; CORRÊA, 2019; RANGEL *et al.*, 2014; REZENDE *et al.*, 2011; SANTOS, 2005; SANTOS *et al.*, 2020; SILVA; FONSECA, 2009; VLIEGER *et al.*, 2020; ZANCUL; DUTRA DE OLIVEIRA, 2007, além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e da Lei nº 13.666/2018.

Os critérios de inclusão para a escolha dos artigos foram: artigos publicados em língua portuguesa e/ou língua inglesa, tendo como descritores: educação alimentar e nutricional, educação em saúde, educação para nutrição e Lei nº 13.666/18. Os critérios de exclusão foram artigos publicados nas demais línguas que não sejam as mencionadas anteriormente, além de dados contidos em sites e/ou plataformas que não são confiáveis, tais como a Wikipédia e similares. Por fim, os dados foram

descritos, discutidos e confrontados utilizando-se o editor de texto Microsoft Word 2013, do programa Windows 10.

EDUCAÇÃO BÁSICA E CURRÍCULO ESCOLAR NO BRASIL: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Educação Escolar no Brasil: conceito, abrangência e finalidade

A educação escolar refere-se ao processo de desenvolvimento multilateral da personalidade, que envolve a formação das qualidades humanas, levando em consideração a relação entre as atividades humanas e o meio social em que se inserem em um determinado contexto e época das relações sociais (PICCOLI; CORRÊA, 2019).

Para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Educação Escolar consiste em Educação Básica (composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e Ensino Superior (BRASIL, 1996). Como demonstrado no quadro 1:

Níveis	Etapas		Duração	Faixa etária adequada
Educação Superior	Ensino Superior		Variável	Acima de 18 anos
Educação Básica	Ensino Médio		3 anos	15 – 17 anos
	Ensino Fundamental		9 anos	6 – 14 anos
	Educação Infantil	Pré-escola	2 anos	4 – 5 anos
		Creche	3 anos	0 – 3 anos

Quadro 1: Estrutura do Sistema Educacional Brasileiro – Lei nº 9.394/1996 (LDB)

Com relação à Educação Básica, especificamente, sua finalidade é a de desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecendo-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. É sabido que o ensino básico é obrigatório e deve ser ofertado por instituições públicas dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos (BARROSO, 2019).

O Currículo Escolar: conceitos e características atuais

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), ao considerar a educação escolar, aponta que o currículo no processo de ensino não pode servir apenas para a divulgação de conteúdos, mas deve ser utilizado também como ferr-

menta de formação do cidadão, como um sujeito crítico, ativo e participativo, no meio em que vive.

De acordo com Santos e Paraíso (1996, p. 82-84), desde a sua inclusão no campo pedagógico, o termo currículo ganhou diversas definições:

Inicialmente significava um arranjo sistemático de matérias, ou um elenco de disciplinas e conteúdos. Posteriormente, o currículo foi entendido como um conjunto de estratégias para preparar o jovem para a vida adulta. Além disso, o currículo também já foi definido como conjunto de experiências trabalhadas pela escola ou conjunto das atividades e dos meios para se alcançarem os fins da educação.

Portanto, o currículo escolar sempre teve uma relação histórica importante com a escola e a sociedade.

Atualmente, as escolas estão se adaptando para a implementação da Base Nacional Comum Curricular. Com isso, a estrutura organizacional do currículo passou por algumas mudanças e, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os conteúdos serão divididos por Áreas do Conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas) e o que antes conhecíamos como disciplinas ou matérias escolares passaram a ser denominadas de Componentes

Curriculares (FRANCO; MUNFORD, 2018).

Entre os conteúdos transversais previstos estão: direitos humanos e prevenção à violência contra crianças e adolescentes, estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena e, mais recentemente, educação alimentar e nutricional. Os Temas Transversais são conteúdos que surgiram de uma proposta pedagógica, com homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e são previstos para serem trabalhados em todas as etapas da Educação Básica, ou seja, englobam as etapas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (BRASIL, 2019).

Com relação à Educação Alimentar e Nutricional, os conteúdos relacionados à temática seriam trabalhados em todas as etapas e séries da Educação Básica, assim como os demais temas transversais, como prevê o documento intitulado “Temas

Contemporâneos Transversais na BNCC: Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos” do Ministério da Educação (2019):

[...] Considerados como conteúdos a serem integrados aos currículos da Educação Básica, a partir das habilidades a serem desenvolvidas pelos componentes curriculares. Ademais, a BNCC recomenda incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora (BRASIL, 2019, p. 15).

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL: HISTÓRICO, CONCEITO E FORMAS DE ABORDAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA

O interesse pela Educação Alimentar e Nutricional no Brasil surge na década de 1930, com a formação dos parques industriais brasileiros e com a realização de práticas educativas no interior das empresas, onde nasce com a perspectiva de ser uma alavanca que determinaria mudanças significativas nas condições de alimentação da população trabalhadora. Porém, nesse período, as práticas de EAN dirigidas à classe trabalhadora atrelavam-se, fortemente, à adoção de práticas alimentares tidas como “corretas”, descontextualizadas social e culturalmente, primando por um viés biologicista e preconceituoso, no sentido de se pautar apenas no modelo clássico biomédico, em que se valorizavam apenas os aspectos da doença/possível doença, classificando a pessoa por suas manifestações físicas, sem levar em conta os aspectos culturais, econômicos, sociais, ambientais etc., em que essa pessoa encontra-se inserida (BOOG, 1997; COSTA *et al.*, 2019; REZENDE *et al.*, 2011).

De acordo com Santos (2005), entre as décadas de 1940 a 1960 a educação alimentar e nutricional esteve atrelada a campanhas de introdução de novos alimentos e a práticas educativas que formavam um dos pilares das políticas de alimentação e nutrição do período, onde essas práticas eram voltadas para a mudança do comportamento alimentar da população. A partir da década de 1970, deixou-se de lado o binômio alimentação-educação para dar espaço ao binômio alimentação-renda, onde as políticas de alimentação se pautavam no reconhecimento da renda como principal obstáculo para se alcançar uma alimentação saudável, obstáculo este que se perpetua em nosso país e na realidade de muitas famílias até os dias de hoje, onde é possível observar que os indivíduos de baixa renda são os mais propensos à insegurança alimentar, já que as maiores taxas de desnutrição, bem como de obesidade têm sido encon-

tradas entre esses indivíduos, especialmente em mulheres e crianças de baixa renda.

Em meados dos anos 1980, consolidou-se a educação alimentar crítica, que se baseava nos princípios da pedagogia crítica dos conteúdos, de orientação marxista, considerando que a educação nutricional não é neutra, como também não pode seguir uma metodologia prefixada. Nesse período, expandiu-se a ideia de que comer é um ato social, pois se constitui de atitudes ligadas aos usos, aos costumes, às condutas etc., sendo assim, nenhum alimento que entra em nossa boca é neutro, há sempre uma historicidade que o envolve, explicada por manifestações culturais e sociais que são espelhos de épocas anteriores e que demonstram o lugar da alimentação na História (SANTOS, 2005; TADDEI *et al.*, 2011, p. 368).

Essa perspectiva resultou em boa parte das discussões sobre segurança alimentar que integraram o cenário nacional e internacional nos anos 1990, concebendo a alimentação como um direito humano, resultando na instituição da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) em 1999, que trouxe em sua redação aspectos referentes às atividades educativas no âmbito da EAN (BOOG, 1997; SANTOS, 2005).

A partir de 2006, foram estabelecidas por meio da Portaria Interministerial 1.010/2006, as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas, o que reforçou a prática da Educação Alimentar e Nutricional, por intermédio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Tais ações se mostraram importantes porque é durante a fase escolar que as crianças passam por importantes mudanças fisiológicas e psicológicas. Entre essas mudanças, está a consolidação dos hábitos alimentares, que perduram ao longo de toda a vida adulta (COSTA *et al.*, 2019; IULIANO *et al.*, 2009; ZANCUL; DUTRA DE OLIVEIRA, 2007).

Em 2012 o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) definiu, no Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional, o conceito de EAN, como sendo:

[...] um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática de EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida,

etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar (BRASIL, 2012, p. 23).

Sendo assim, podemos supor que a educação alimentar e nutricional pode ser abordada por diferentes setores da sociedade, tais como a família, a escola, a comunidade, o governo, a indústria, entre outros, visando contribuir para a garantia de um consumo alimentar mais consciente resultando em escolhas alimentares mais saudáveis.

As ações educativas sobre a prática de uma alimentação saudável geram aumento de conhecimento de forma permanente, promovem o autocuidado e a autonomia para escolhas alimentares mais corretas, sendo a escola um ambiente favorável para tais ações em grupos de crianças e adolescentes. Na educação formal, o ambiente escolar constitui-se como local adequado e propício para a implementação da EAN, pois é nele que as práticas pedagógicas necessárias para o processo de aprendizagem e melhoria da qualidade de vida acontecem (BIZZO; LEDER, 2005).

Portanto, a escola pode ser considerada espaço privilegiado para implementação de ações de promoção à saúde e desempenha papel fundamental na formação de valores, hábitos e estilos de vida, dentre eles, o da alimentação, pois pode influenciar positivamente os comportamentos de estilo de vida das crianças por meio de ambientes de apoio para uma alimentação saudável e atividade física regular, bem como intermediar a criação de políticas, currículos e atividades extracurriculares tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (PICCOLI; CORRÊA, 2019).

Atualmente, estamos vivenciando um aumento gradativo dos índices de obesidade e de outras doenças crônicas não transmissíveis que se relacionam ao consumo excessivo e/ou desordenado de alimentos pela população, o que caracteriza um quadro de insegurança alimentar. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) do ano de 2017, a obesidade infantil é um sério desafio de saúde pública global que afeta aproximadamente 41 milhões de crianças com menos de 5 anos, 50 milhões de meninas e 74 milhões de meninos entre 9 e 19 anos. Nesse cenário a EAN surge como estratégia para reverter este quadro, devendo englobar a todos, já começando na infância, por meio de ações que perpassam pela educação formal e informal (MAGALHÃES; PORTE, 2019).

Levando em consideração o exposto, acreditamos que a escola se configura, desde os primórdios, como um espaço fundamental para se debater e estudar os temas relacionados

à educação alimentar e nutricional. Percebemos o quanto o assunto impacta na vida dos estudantes, tanto a curto quanto a médio e longo prazo, mas, será que a EAN já não vinha sendo abordada no ensino básico antes da implementação da Lei nº 13.666/2018? É isso o que pretendemos explorar a partir de agora.

Abordagens de EAN na Educação Infantil e no Ensino Fundamental

De acordo com o art. 29 da LDB a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica. É a única que está relacionada a uma idade específica: atende crianças de zero a três anos na creche e de quatro e cinco anos na pré-escola. Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Na Educação Infantil, o lúdico é estratégia constante para a promoção da aprendizagem nas práticas educativas, pois possibilita a aproximação dos alunos com o conhecimento. Entretanto, deve-se ter clareza dos objetivos que se pretende atingir com a atividade lúdica que será utilizada. A intervenção do professor deve ocorrer no momento certo, estimulando os alunos a uma reflexão para que possa ocorrer a estruturação do conhecimento (LANES *et al.*, 2012).

Os temas de maior interesse de professores da Educação Infantil para as abordagens pedagógicas em EAN são: alimentação adequada/correta, combinação de alimentos saudáveis e função e importância dos alimentos. Verifica-se que, embora os professores já possuam conhecimentos básicos sobre a alimentação, no seu aspecto biológico/fisiológico, o caráter técnico continua sendo o foco de interesse sobre alimentação e nutrição, ou seja, o professor assume a condição de detentor do saber “sério”, “rigoroso” e “científico”, estabelecendo uma estratégia pedagógica direcionada a gerar informações que irão sanar o problema de saúde do outro (MAGALHÃES; PORTE, 2019; REZENDE *et al.*, 2011).

De acordo com Lanes *et al.* (2012), na Educação Infantil a disciplina de Educação Física, na maioria das vezes, é responsável pela abordagem acerca dos temas relacionados à EAN, tendo em vista que é objetivo da disciplina estimular a prática de atividades físicas vinculada aos hábitos alimentares saudáveis. Para os autores, a estratégia educativa consiste em transmitir aos alunos uma série de atividades onde se utiliza da recreação

como recurso pedagógico para abordar a temática de “Hábitos Alimentares Saudáveis”.

Com relação ao Ensino Fundamental, Barroso (2019) afirma que:

O Ensino Fundamental tem início aos 6 (seis) anos de idade e duração de 9 (nove) anos. O Ensino Fundamental I abrange as séries iniciais (1ª a 5ª), correspondente ao antigo Primário, e o Ensino fundamental II compreende as séries finais (6ª a 9ª), correspondente ao antigo Ginásio. Nas séries iniciais, cada grupo de alunos é assistido por um único professor. Nas séries finais, existem tantos professores quantas sejam as disciplinas.

No Ensino Fundamental temos dois cenários distintos para o ensino de EAN em sala de aula. O primeiro diz respeito à primeira fase do Ensino Fundamental (anos iniciais), onde os aspectos lúdicos de atividades podem ser aplicados para que despertem o interesse e promovam um prazer funcional intenso pela ação educativa, tal como ocorre na Educação Infantil. O segundo cenário refere-se à segunda fase do Ensino Fundamental (anos finais), onde trabalhar com textos, imagens e vídeos que permitam a realização de atividades tanto teóricas quanto práticas, são ações mais recomendadas para a idade escolar dos estudantes (IULIANO *et al.*, 2009).

Os professores de Ciências são os principais profissionais nas escolas que se dedicam aos temas da saúde, principalmente, nos anos finais do Ensino Fundamental, onde é comum observarmos iniciativas desses professores para incluir a EAN nas atividades escolares, mesmo quando esta não está prevista no currículo formal. Trabalhando de maneira transdisciplinar, eles muitas vezes buscam abordar o tema de maneira integrada, seja incentivando o cultivo de hortas na escola em parceria com professores de Geografia (que podem trabalhar o estudo do solo com os alunos, por exemplo), ou envolvidos em projetos que visam ao incentivo a bons hábitos alimentares nas refeições (RANGEL *et al.*, 2014).

Outro importante profissional na escola, principalmente, no que diz respeito à disseminação de conhecimentos sobre EAN para o Ensino Fundamental, são os professores de Educação Física, pois levando em consideração que a Educação Física é um curso da área de saúde, as escolas e instituições de ensino acabam por adotar um trabalho multidisciplinar entre nutrição e prática de exercícios físicos regulares, para promover a saúde por meio da construção de hábitos alimentares saudáveis (LOLLO *et al.*, 2004).

Podemos observar que o lúdico é estratégia constante e válida para o ensino de EAN na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, onde muitas vezes o tema é

abordado de maneira recreativa para os alunos, o que contribui para assimilação dos conceitos transmitidos durante a aula. Nos anos finais do Ensino Fundamental percebemos uma abordagem mais teórica do tema, além do uso de atividades práticas que geram maior senso de responsabilidade nos estudantes, como o cultivo de hortas, por exemplo.

Porém, em nenhum momento é mencionada a presença de um nutricionista nesse contexto, seja auxiliando nas elaborações das atividades ou no planejamento das ações e do plano de aula, além disso, o conteúdo ensinado fica bastante restrito apenas ao viés biológico da alimentação, por este se aproximar mais das disciplinas designadas pelas escolas para a transmissão do tema, o que acaba refletindo no desenvolvimento de habilidades e comportamentos relacionados a outros aspectos da Educação Alimentar e Nutricional, tais como, preparação de alimentos, preservação e armazenamento de alimentos; aspectos sociais e culturais da alimentação; autoestima e imagem corporal positiva, dentre outros, o que consideramos como pontos negativos no processo de ensino da temática.

Abordagens de EAN no Ensino Médio

O Ensino Médio é a etapa final do ensino básico e tem duração mínima de 3 (três) anos. Os objetivos de aprendizagem, habilidades e competências para o Ensino Médio são distribuídos nas seguintes áreas do conhecimento: Linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias; Ciências Humanas e Ciências Sociais aplicadas (BARROSO, 2019).

Com relação às intervenções de Educação Alimentar e Nutricional para adolescentes nas escolas de Ensino Médio, as sugestões são diversas e, também são diversas as possibilidades de estratégias para abordar a temática. Existe uma grande variedade de métodos de ensino que podem ser usados de acordo com objetivos de aprendizagem: a partir de discussões em sala de aula, planilhas e manutenção de registros alimentares; para exercícios de compras, degustação, criação de teatro. Outros recursos como jogos, vídeos, cartilhas, culinária experimental, cursos teóricos e práticos também têm sido bastante utilizados em algumas escolas, Brasil afora, para se transmitir temas em EAN aos alunos. Para os adolescentes, sugestões que englobem as novas tecnologias como a Internet, a World Wide Web e CD-Roms também fornecem uma oportunidade para experiências de aprendizagem interativas. (ZANCUL; DUTRA DE OLIVEIRA, 2007).

O incentivo à alimentação saudável na escola contribui para que os jovens adquiram competências, podendo assim mudar e desenvolver o seu ambiente físico e social, tornando

as escolhas saudáveis mais acessíveis. Na fase da adolescência, os alunos devem ser colocados em um ambiente que promova o treinamento nutricional, que pode ser desempenhado pela própria escola, envolvendo diversas disciplinas do currículo. A incorporação de autoavaliação e feedback também podem ser eficazes em intervenções para os adolescentes. Por outro lado, muitas escolas trabalham as questões relacionadas à alimentação de forma superficial, por meio dos temas transversais contidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais e, baseando-se apenas nos conteúdos dos livros didáticos, levando a uma visão sucinta sobre alimentação e saúde (MELANDA *et al.*, 2015; ZANCUL; DUTRA DE OLIVEIRA, 2007).

Aqui, podemos observar que a abordagem da temática no Ensino Médio acontece, principalmente, dentro dos conteúdos da área do conhecimento de Ciências da Natureza. Entretanto, da mesma forma como ocorre na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, o ensino fica pautado no modelo biomédico de transmissão de conteúdos, primando mais uma vez apenas pelo viés biológico da alimentação, além disso, outra vez percebemos que a presença de um profissional da nutrição não é notada, o que faz com que o ensino da EAN acabe por ficar por conta dos professores, que apesar de serem detentores de todas as estratégias didáticas para lecionarem, muitas vezes, não possuem conhecimentos específicos acerca do assunto a ser abordado.

Diante do exposto, é possível observarmos que quando não há a presença de um profissional da nutrição envolvido no processo de ensino-aprendizagem da temática, o ensino pode acabar deixando muito a desejar, pois esse ensino poderá acontecer de maneira superficial, fazendo com que as noções apreendidas acerca da temática pelos estudantes acabem por serem rasas, não fazendo sentido algum para esses alunos, tanto no presente quanto posteriormente.

LEI Nº 13.666/2018: IMPLEMENTAÇÃO E O QUE PRECONIZA

Recentemente, em 16 de maio de 2018, foi promulgada a Lei nº 13.666 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Sabemos que, nos tempos atuais, o tema é de grande importância e precisa ser discutido, já que antes da sanção da referida Lei, não havia a obrigatoriedade de discussão acerca da temática em sala de aula, sendo a EAN, até então, apenas um dos eixos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), programa este que se constitui de uma política pública que regulamenta

as diretrizes para a merenda escolar nas escolas públicas de educação básica no âmbito da alimentação e nutrição em todo o país (BRASIL, 2018; SANTOS *et al.*, 2020).

Com a sanção da Lei, os currículos da Educação Infantil e dos Ensinos Fundamental e Médio passarão a incluir o assunto de educação alimentar e nutricional entre os temas transversais. Portanto, na prática não há uma disciplina específica, o tema será debatido durante outras aulas, como por exemplo, nas aulas de Educação Física ou nas de Ciências Naturais para a Educação Infantil, de Ciências Físicas e Biológicas para o Ensino Fundamental e de Biologia para o Ensino Médio (BRASIL, 2018).

Apontamentos sobre a EAN nas escolas a partir Lei nº 13.666/2018

Ao analisarmos o ensino de temas relacionados à educação nutricional na educação básica antes da promulgação da Lei nº 13.666/2018 é possível notar que os professores abordavam os temas relacionados à nutrição em sala de aula por apenas dois motivos aparentes, o primeiro partia do próprio interesse pessoal do professor em abordar a EAN com seus alunos e o segundo partia da escola, quando esta insistia para que o tema fosse abordado em sala de aula. Porém o que percebemos é que, a grande maioria dos professores acabava por utilizar apenas o conhecimento autoadquirido, superficial, não demonstrando qualquer profundidade de conhecimentos específicos acerca do tema (VLIEGER *et al.*, 2020).

Portanto, fica claro aqui que, para promover hábitos saudáveis no dia a dia dos alunos, os professores também devem possuir conhecimentos e habilidades que permitam a adesão a uma alimentação saudável, devendo sempre tentar incorporar tais conhecimentos em sua prática docente. Esse conhecimento deve ser estruturado horizontalmente no ambiente escolar (por meio de outras disciplinas do currículo) para garantir a sustentabilidade das atividades dentro e fora da sala de aula (MELANDA *et al.*, 2015).

Isso evidencia que, diante da inserção da educação alimentar e nutricional como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Básica, em que se atribui à escola o papel de educar para práticas alimentares saudáveis, competiria ao nutricionista executar o papel de articulador de ações educativas, convidando outros colaboradores para o desenvolvimento de projetos, coordenação, supervisão e execução de programas de educação permanente em alimentação e nutrição, bem como articulação com a direção

e coordenação pedagógica da escola para o planejamento de atividades com esse conteúdo (SILVA; FONSECA, 2009).

Um exemplo interessante nesse sentido foi o “Projeto Escola”, idealizado e iniciado no ano de 2001, tinha por objetivo potencializar a promoção de práticas alimentares saudáveis em escolas de Ensino Infantil e Fundamental, público e privado do Distrito Federal. O projeto utilizou duas estratégias de intervenção em educação nutricional nas escolas participantes. A primeira se deu por meio de ações educativas com a comunidade escolar, que foram desenvolvidas pela equipe de nutricionistas do projeto através de palestras educativas realizadas nas escolas. E a segunda envolveu a capacitação de professores através de oficinas temáticas, para posteriormente darem continuidade ao processo de educação nutricional nas escolas (YOKOTA *et al.*, 2010).

Bizzo e Leder (2005) elencam alguns dos principais motivos para o nutricionista compor e mobilizar a comunidade escolar por meio de ações vinculadas à EAN: “a formação diferenciada, a compreensão da construção e mudança dos hábitos alimentares de escolares, a modelagem no contexto alimentar da escola e a integração com outras ações e intervenções”. As autoras apontam para a importância da formação do nutricionista para orientar a prática e compreender a composição (estrutura multidimensional) dos fenômenos alimentares e dos hábitos alimentares, sugestão que pode ser integrada na perspectiva do pensamento complexo.

A Lei nº 8.234/1991 prevê que o nutricionista tem, entre as suas atividades privativas, as ações de Educação Nutricional: “Art. 3º São atividades privativas dos nutricionistas: VII – assistência e educação nutricional em coletividades ou indivíduos, sadios ou enfermos, em instituições públicas e privadas e em consultório de nutrição e dietética” (BRASIL, 1991).

Entretanto, não é o que percebemos que acontece na prática, o que vimos antes da implementação da Lei nº 13.666/2018 é que, as ações educativas no âmbito da EAN em ambiente escolar ficavam a cargo dos professores das áreas de Ciências da Natureza ou de Educação Física. Já o nutricionista, que deveria ser o ator principal nesse cenário, cabe enfrentar a estrutura ainda engessada das escolas públicas que não comportam concurso público para profissionais da área. E, nos dias atuais, após a sanção da Lei 13.666/2018, ainda não encontramos estudos que sinalizem uma mudança de perspectiva no que tange ao ensino de temas relacionados à EAN nas escolas brasileiras. Mas, diante desse cenário, será que não existem outras possibilidades de se trabalhar a EAN em sala de aula que envolva outras áreas do conhecimento, para que não

fiqueamos presos apenas aos aspectos biológicos e fisiológicos da alimentação? Partindo desse questionamento, pretendemos explorar mais a fundo novas possibilidades para o ensino da EAN no próximo tópico.

Lei nº 13.666/2018 e o ensino de EAN: um olhar para os aspectos culturais e sociais no campo das humanidades e das linguagens

Segundo Taddei *et al.* (2011, p. 368), atualmente, os estudos sobre comida e alimentação invadem as ciências humanas, a partir da asserção de que a formação do gosto alimentar não se dá exclusivamente pelo aspecto nutricional ou biológico. O alimento simboliza uma categoria histórica, pois os padrões de permanência e mudanças dos hábitos e das práticas alimentares têm origem na própria dinâmica social.

Sabemos que a EAN é um tema complexo e que não se restringe apenas ao fator biológico, mas engloba várias etapas do processo alimentar, desde o campo até a mesa, envolvendo diversas outras dimensões, tais como, as filosóficas, culturais, históricas, econômicas, geográficas, dentre outras. Vimos, ao longo deste estudo, que o ensino da temática em ambiente escolar ficava a cargo dos próprios professores das instituições de ensino e, que geralmente, eram os professores de Educação Física e de Ciências da Natureza que ficavam incumbidos de ministrar tais conteúdos durante suas aulas e, que mesmo após a implementação da Lei nº 13.666/18, percebemos que não há perspectiva de mudança nesse cenário, com a inclusão de nutricionistas nesse processo de ensino.

Sendo assim, Rezende *et al.* (2011) afirmam que as ações de Educação Nutricional devem ser direcionadas a contribuir para que o sujeito seja capaz de analisar criticamente sua alimentação e a do grupo social em que está inserido e, dessa forma, decidir conscientemente sobre ela. Portanto, tais ações devem ser voltadas para que ajudem o sujeito a reorganizar sua relação entre o saber científico e o saber cotidiano, de modo que o profissional responsável venha a exercer o papel de educador, considerando a história e a cultura do sujeito (pessoa e/ou coletivo) envolvido, tendo a capacidade de saber ouvir e refletir com os outros.

Diante disso, é possível perceber que outras disciplinas do currículo escolar também podem se apresentar como possibilidades de ensino de temas em EAN no ambiente escolar, principalmente as que pertencem ao campo das humanidades e das linguagens. Segundo Hargreaves (2017), precisamos desconstruir a ideia “mecanicista alimentar” onde o alimento é enxergado biologicamente como mero combustível destina-

do ao homem concebido como máquina. A autora ressalta que esta teoria, além de demonstrar-se simplista, reduz a relação homem-alimento a uma forma de “comportamentalismo alimentar”, onde estímulo e resposta condicionam o corpo humano a um processo biologicamente necessário, mas totalmente mecânico e ausente de qualquer reflexão estética, histórica ou cultural.

Levando em consideração o exposto até aqui, Rotolo *et al.* (2020) afirmam que as possibilidades de aproximação entre as Ciências Humanas e a Educação Alimentar e Nutricional são muitas e, utilizando a disciplina de Filosofia como exemplo, os autores ressaltam que

[...] As questões alimentares têm permeado o debate filosófico mais contemporâneo em questões que, anteriormente, apenas apareciam como um recurso para exemplificar teses mais robustas. Questões metafísicas, epistemológicas, estéticas, políticas, e, evidentemente, éticas, têm sido cada vez mais comuns em relação à produção, ao consumo e a tudo o que permeia nossa relação com o alimento (ROTOLO *et al.*, 2020, p. 17).

No campo das Linguagens, também vemos possibilidades para se trabalhar a EAN de maneira interdisciplinar, como por exemplo, na disciplina de Arte onde Hargreaves (2017) destaca que

A sala de aula como espaço de ação, híbrido e ampliado, necessita de narrativas temáticas continuamente renovadas, que apontem para uma visão disciplinar atualizada e dinâmica. O ensino da arte na escola precisa, assim, aderir às novas possibilidades de pesquisa que se voltam para conteúdos expandidos poetizados também nas experiências cotidianas do aluno. [...] A proposta do estudo da arte alimentar na aula de arte tem como objetivo aproximar significativamente o aluno tanto ao universo alimentar quanto ao artístico, ressaltando a produção artística/alimentar em culturas, sociedades, tempos e espaços diferentes onde o artista transita confortavelmente do ateliê para a cozinha percebida como lugar alquímico sempre transformado e eternamente transformador (HARGREAVES, 2017, p. 131, 132).

Trazendo outro exemplo, agora utilizando-se da disciplina de História como meio para o ensino da temática, Rotolo *et al.* (2020, p. 83-99), abrem um leque de possibilidades para que o ensino aconteça de maneira interdisciplinar, tais como, utilizar os aspectos econômicos, políticos, sociais, regionais, turísticos e até mesmo os biomas como forma de se ensinar temas relacionados à constituição histórica da alimentação no Brasil e no

mundo. Com isso, é possível percebermos que as possibilidades de trabalho com temas de EAN em sala de aula se amplificam bastante, nas mais diversas áreas do conhecimento, não se limitando apenas às Ciências da Natureza ou à Educação Física por seus conteúdos estarem mais próximos dos temas relacionados à Educação Alimentar e Nutricional quando levamos em conta apenas o viés biológico ou fisiológico da alimentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aprovação e implementação da Lei nº 13.666/2018 representou um grande avanço ao estabelecer o ensino de Educação Alimentar e Nutricional na rede básica de educação no Brasil, pois ela evidencia o reconhecimento da importância da temática e o quanto ela pode impactar diretamente na vida dos estudantes, contribuindo para um maior controle, prevenção e erradicação dos agravos decorrentes da má alimentação, bem como para a formação de ambientes alimentares saudáveis nas escolas.

Acreditamos que esse reconhecimento tenha se dado devido à relação recíproca entre saúde e educação, já que a escola é um ambiente eficaz para a promoção da saúde, inclusive para influenciar o comportamento alimentar das crianças e dos adolescentes. Nesse contexto escolar, pode-se estabelecer uma abordagem holística para a promoção da saúde, envolvendo famílias e comunidades para reforçar mensagens de saúde fora do ambiente escolar. Entendemos que a Lei 13.666/2018 é um instrumento primordial para a ampliação da atuação do nutricionista em EAN. Porém, ficou muito claro para nós que, alguns obstáculos ainda precisam ser vencidos para que a Lei possa cumprir seus objetivos integralmente.

Salientamos que, a abordagem dos temas relacionados à EAN nas escolas pode e deve permear todas as áreas do conhecimento, de maneira interdisciplinar ou até mesmo transdisciplinar, não ficando restrita apenas à área de Ciências da Natureza ou de Educação Física como acontece na maioria das escolas, que acabam por restringir o ensino de EAN às referidas áreas baseando-se nos currículos e conteúdos propostos para o ano letivo e considerando apenas o viés biológico do alimento, ponto este que, a nosso ver, deveria ser revisto pelas instituições de ensino básico, pois sabemos que ainda há um longo caminho a ser trilhado em direção a se consolidar na prática a EAN no contexto escolar e, que áreas como as de Linguagens e das Humanidades também se mostram como possibilidades a se pensar para trabalharmos com a temática de EAN nas escolas.

Ressaltamos ainda, a importância da atuação de equipes interdisciplinares nas escolas, que permitam um trabalho conjunto entre profissionais da educação e profissionais da nutri-

ção, promovendo assim, a construção de um ambiente escolar onde as ações educativas provoquem mudanças efetivas na vida dos estudantes, servindo verdadeiramente, como um instrumento de transformação social, onde, tais ações podem se dar por meio da contratação de profissionais da nutrição por parte dos governos estaduais e municipais ou até mesmo federal, para que melhor atendam a demanda dessas escolas públicas, ou poderão ocorrer também através de parcerias entre a própria secretaria de saúde do estado ou município com a secretaria de educação, onde os nutricionistas promovam ações educativas (palestras, seminários, workshops) de educação alimentar e nutricional com os estudantes dessas escolas.

REFERÊNCIAS

- BARROSO, L. R. **A educação básica no Brasil: do atraso prolongado à conquista do futuro.** *Direitos Fundamentais e Justiça*, v. 13, n. 41, p. 117–155, 2019.
- BIZZO, M. L. G.; LEDER, L. **Educação nutricional nos parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental.** *Revista de Nutrição*, v. 18, n. 5, p. 661–667, 2005.
- BOOG, M. C. F. **Educação nutricional: passado, presente, futuro.** *Revista de Nutrição*, v. 10, n. 1, p. 5–19, 1997.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96.** Brasília, Senado Federal, 1996.
- _____. **Lei nº 13.666** de 16 de março de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Brasília, Presidência da República, 2018.
- _____. **Lei nº 8.234** de 17 de setembro de 1991. Regulamenta a profissão de nutricionista e determina outras providências. Brasília, Presidência da República, 1991.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Temas contemporâneos transversais na BNCC: contexto histórico e pressupostos pedagógicos.** Brasília, Secretaria de Educação Básica, 2019.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas.** Brasília, Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.
- COSTA, R. R. da S. *et al.* **Culinária afro-brasileira: um sabor possível na educação de jovens e adultos.** *Cadernos Cenpec*, v. 9, n. 1, p. 75–98, 2019.
- FRANCO, L. G.; MUNFORD, D. **Reflexões sobre a Base Nacional Comum Curricular: um olhar da área de Ciências da Natureza.** *Horizontes*, v. 36, n. 1, p. 158–171, 2018.
- HARGREAVES, L. M. **Arte, comida e produção: a obra alimentar invade a sala de aula.** In: 16º Encontro Internacional de Arte e Tecnologia, 2017. p. 127-136.
- IULIANO, B. A. *et al.* **Educação nutricional em escolas de ensino fundamental do município de Guarulhos-SP.** *O Mundo da Saúde*, v. 33, n. 3, p. 264–272, 2009.
- LANES, D. V. C. *et al.* **Estratégias lúdicas para a construção de hábitos alimentares saudáveis na educação infantil.** *Ciências & Ideias*, v. 4, n. 1, p. 1–11, 2012.
- LASKA, M. N. *et al.* **Longitudinal associations between key dietary behaviors and weight gain over time: transitions through the adolescent years.** *Obesity*, v. 20, n. 1, p. 118–125, 2012.
- LOLLO, P. C. B. *et al.* **Educação Física e Nutrição.** *Revista Digital Buenos Aires*, v. 10, n. 79, p. 1–6, 2004.
- MAGALHÃES, H. H. S. R.; PORTE, L. H. M. **Percepção de educadores infantis sobre educação alimentar e nutricional.** *Ciência & Educação*, v. 25, n. 1, p. 131–144, 2019.
- MELANDA, G. C. de S. *et al.* **Concepções de alunos do ensino médio sobre a temática da educação nutricional.** In: V Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente, 2015. p. 37995–38007.
- PICCOLI, L.; CORRÊA, E. N. **O ensino da educação nutricional em escolas municipais rurais de um município do oeste de Santa Catarina.** *Journal of Chemical Information and Modeling*, v. 53, n. 9, p. 1689–1699, 2019.
- RANGEL, C. N. *et al.* **Teaching and learning about food and nutrition through science education in brazilian schools: an intersection of**

knowledge. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 19, n. 9, p. 3915–3924, 2014.

REZENDE, E. G. *et al.* **Educação nutricional e a cultura como questão.** *Ponto-e-Vírgula*, v. 0, n. 10, p. 89–100, 2011.

ROTOLO, T. *et al.* (Orgs.). **Laboratório de cultura e história da alimentação: práticas de educação e pesquisa.** Brasília: Editora IFB, 2020. 341 p. Disponível em: <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/editoraifb/issue/view/126>>. Acesso em: 18 fev. 2021.

SANTOS, K. S. dos. *et al.* **O reflexo da educação alimentar e nutricional escolar nas condutas alimentares dos alunos e seu impacto na saúde geral: uma abordagem conjunta.** *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, v. 13, n. 5, p. 44-56, 2020.

SANTOS, L. A. da S. **Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis.** *Revista de Nutrição*, v. 18, n. 5, p. 681–692, 2005.

SANTOS, L.; PARAÍSO, M. A. **Dicionário crítico da educação: currículo.** *Presença Pedagógica*, v. 2, n. 7, p. 82-84, 1996.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 189 p.

SILVA, E. C. R.; FONSECA, A. B. **Abordagens pedagógicas em educação alimentar e nutricional em escolas no Brasil.** In: VII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, 2009, Florianópolis, p. 1-12.

TADDEI, J. A. de A. C. *et al.* (Orgs.). **Nutrição em saúde pública.** Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2011. 664 p.

VLIEGER, N. de *et al.* **Nutrition education in the Australian New South Wales primary school curriculum: knowledge and attitudes of students and parents.** *Children*, v. 7, n. 24, p. 94–101, 2020.

YOKOTA, R. T. de C. *et al.* **Projeto “a escola promovendo hábitos alimentares saudáveis”:** comparação de duas estratégias de educação nutricional no Distrito Federal, Brasil. *Revista de Nutrição*, v. 23, n. 1, p. 37–47, 2010.

ZANCUL, M. D. S.; DUTRA DE OLIVEIRA, J. E. **Considerações sobre ações de educação alimentar e nutricional para adolescentes.**

Alimentos e Nutrição, v. 18, n. 2, p. 223–227, 2007.

CURRÍCULO

* Graduado em Nutrição e em Formação Pedagógica para Graduados não-licenciados, especializado em Gestão de Saúde. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6468275392782458>